



1936 2011

/5/OE

ORDEM
DOS ENGENHEIROS
BASTONÁRIO

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
DR. ALBERTO JOÃO JARDIM
QUINTA VIGIA - AVENIDA DO INFANTE, 1
9004 - 547 FUNCHAL

N.º 107 - SG
P.º 1.3/CMR/VGB/ta

2012-02-29

Ex. Sr. Presidente, Excelência

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, foi implementado no todo nacional, um processo de Avaliação Geral dos Prédios Urbanos.

Inicialmente, a Ordem dos Engenheiros foi solicitada a colaborar com a ex-Direcção Geral de Contribuições e Impostos (actual Autoridade Tributária e Aduaneira) no recrutamento e selecção de peritos avaliadores locais, por serviço de Finanças, no Continente e nas Regiões Autónomas.

Recentemente, a Ordem dos Engenheiros tomou conhecimento que, no âmbito da autonomia regional, a Avaliação Geral será feita sob a supervisão da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais do Governo Regional da Madeira, tornando inútil o processo efectuado a nível nacional.

Sobretudo, tomou-se conhecimento que a Direcção Regional recrutou peritos de modo espontâneo e que, os Engenheiros que concorreram ao recrutamento nacional da ex-DGCI para os Serviços de Finanças da Região Autónoma da Madeira, por desconhecimento, ficaram impossibilitados de demonstrar atempadamente à Direcção Regional dos Assuntos Fiscais, o seu interesse espontâneo na prestação de serviços de perito local.

Atendendo a que a situação exposta é altamente penalizadora para os Engenheiros que têm na Madeira o seu local de trabalho e, adicionalmente, põe em causa a posição da Ordem dos Engenheiros que acreditou que o processo accionado pela ex-DGCI era extensivo à Região Autónoma da Madeira, venho solicitar a Vossa Excelência providências, no sentido de que os membros da Ordem dos Engenheiros não sejam excluídos do processo de Avaliação Geral dos Prédios Urbanos da Região Autónoma da Madeira.

Certo do elevado sentido de justiça de Vossa Excelência, apresento os meus melhores cumprimentos.

Carlos Matias Ramos